

ESTOU COMEÇANDO A ACREDITAR QUE O PROBLEMA ESTÁ NA NOSSA RAÇA

Viviane Dias de Jesus Gomes

Universidade Estadual de Feira de Santana-UEFS

vividiasjj@gmail.com

Orientadora Sandra Nivia Soares de Oliveira

Professora adjunta da Universidade Estadual de Feira de Santana-UEFS

sandraniviasoares@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo trazer uma reflexão a partir da fala de uma professora dos anos iniciais do ensino fundamental, em uma escola pública de Feira de Santana, a qual trabalhou como bolsista através do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação a Docência-PIBID. A conversa inicial surgiu a partir do questionamento de uma das professoras com a supervisora do PIBID, sobre o desempenho de um de seus alunos, em relação ao atendimento do Apoio pedagógico, trabalho realizado para acompanhar as crianças que estão com dificuldades no processo do ensino-aprendizagem, o qual é realizado atualmente por nós bolsistas. Ao discutirem sobre as dificuldades de aprendizagem do aluno, a professora relatou que estava começando a acreditar que o problema estava na nossa raça, se referindo ao aluno e se colocando como negra também. Esta fala me levou a refletir sobre o contexto histórico de escravidão, inferiorização da nossa raça e do processo de exclusão que a mesma passou ao longo dos séculos até o presente momento. Dessa forma buscaremos discutir a partir da fala da professora a uma breve retomada do processo histórico de escravização do negro, de inferiorização da nossa raça, e as consequências e resquícios atuais. Para discutir sobre as concepções da raça, discriminação e preconceito, iremos trazer alguns autores que irão contribuir com a temática. Discutiremos ainda o nosso posicionamento como professoras, a nossa formação, e ações pedagógicas voltadas para as relações étnico-raciais na escola.

Palavras chave: Contexto histórico, exclusão, alunos negros, escola pública, políticas educacionais.

INTRODUÇÃO

O título eleito acima partiu da fala de uma professora das séries iniciais do ensino fundamental, em relação a um dos seus alunos, que estava sendo acompanhado através do trabalho de apoio pedagógico na escola. A fala da professora que por sinal também é negra, partiu de uma conversa com a nossa supervisora do PIBID, ao conversarem sobre o desempenho do aluno, a partir dos atendimentos do Apoio pedagógico: trabalho que é feito para acompanhar os alunos que se encontram com dificuldades no processo de ensino aprendizagem e/ou não estão conseguindo alcançar os objetivos de acordo com o proposto para sua série.

A fala desta professora, embora possa ser considerada como racista, não teve esta intenção e/ou sentido, através da forma de expressão de angústia dela, percebia-se uma preocupação em relação aos alunos negros, os quais ela relatou como os que mais tinham dificuldades. No entanto é preciso tomar cuidado em relação as nossas falas, para que não estejamos reforçando o racismo que foi propagado há séculos atrás. Pois se nos reportarmos ao contexto histórico, veremos de quem é o problema do racismo. Será que o problema está realmente na nossa raça? Neste sentido o texto a seguir, busca trazer discussões sobre o contexto histórico excludente, de negligências aos povos negros, as consequências originárias da escravidão, o qual é uma pauta a se discutir. Pois a formulação deste passado, se aponta como uma das principais causas do negro hoje ainda não ter alcançado os objetivos propostos de inclusão social nas próprias escolas. Neste sentido discutiremos brevemente o contexto histórico, e a fala da professora que se entrecruza com o presente. Traremos alguns autores que dialogam com a temática e que nos ajudarão a compreender o conceito de raça e a origem do racismo no século passado, as relações na escola hoje e as práticas que devem estar presentes no cotidiano das instituições escolares.

PASSADO E PRESENTE SE INTERCRUZAM: RELEMBRANDO O PASSADO PARA ENTENDER O PRESENTE

O tráfico humano é um das maiores violações que podem ocorrer em relação aos direitos humanos, mas naquela época não tinha uma lei que barrasse usuários destas ações brutais, de seres humanos contra seres humanos. Pois uma raça se sentia superior a ponto de considerar, outra como não humana. Dessa forma se via do direito de escravizá-los, até a morte, para adquirir riquezas e fortalecer a economia.

Foi assim que ocorreu em largas escalas com a chegada dos portugueses aqui no Brasil, a partir daí grandes massacres ocorreram tanto para os povos que já se encontravam aqui nas terras, quanto para os africanos, os quais eram vendidos ou traficados, para garantir as riquezas de quem demandava o poder. Nesta época de grande dominação das terras brasileiras, negros e índios eram vítimas de um sistema escravista. Que perdurou do século XVI ao século XIX. Foram três séculos de muito sofrimento para crianças, mulheres, jovens, homens, para as famílias vindas da África e afrodescendentes nascidos no Brasil. Há registros de ocorrências sanguinárias, de séculos de massacre a cultura afrodescendente, inclusive crianças, como aponta no texto “A história trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI, do autor Ramos (2004), no qual, narra fatos chocantes ocorridos naquela época, com as crianças, as quais sofriam todo tipo de

massacre, violência física, sexual e psicológica. Muitas crianças trabalhavam como pajens e grumetes, em situações desumanas, sem uma alimentação que garantisse, o mínimo de sobrevivência, trabalhavam de sol a chuva, eram exauridos até a morte. E embora o autor não relate de qual etnia pertenciam estas crianças, fazemos alusão pelo próprio contexto originário da história de época de quem poderia ser as mesmas, pois sabemos quais foram os dois principais grupos escravizados aqui no Brasil.

Por que relembrar um passado tão duro e cruel? Torna-se necessário, trazermos para as discussões atuais para analisarmos, o porquê ainda hoje presenciamos, as desigualdades raciais que ocorrem aqui no Brasil. Reconhecemos que esta desigualdade se reveste de duas formas, racial e de classe, uma vez que, observamos quem são as crianças que vivem em situação de pobreza, quem são as pessoas que tem menos oportunidades, e que encontram dificuldades até mesmo para arrumarem emprego. São famílias em sua maioria negras, e crianças que vivem em situação precárias de subsistência e que não tem permanência na escola, as causas deve ser analisadas com cautela, pois existem vários fatores que inviabilizam esta permanência, dentre elas, as próprias políticas educacionais e/ou condições de implementações destas. Porém não dar para se pensar nas políticas atuais, sem não nos reportarmos a estruturação das mesmas, em sua origem e forma ideológica de dominação e exclusão aos povos negros.

O que nos levou a reflexão do passado histórico foi à fala de uma professora, ao questionar as dificuldades de aprendizagem de um aluno, o qual era atendido no Apoio pedagógico, chegando a questionar se o problema era a nossa raça. Pois segundo ela a maioria dos seus alunos que tinham dificuldades no aprendizado eram negros, esta pergunta nos reportou ao contexto de exclusão dos afrodescendentes.

Basta revisarmos os registros históricos que narram à história da educação, que veremos de quem é realmente o problema. Além da escravidão, todo tipo de injúria, humilhação que eram acometidas aos povos negros. Termos depreciativos eram usados por intelectuais para disseminar uma imagem estereotipada e desumana aos povos de matrizes africanas.

O termo raça embora hoje possa ser retomado por um outro conceito de positividade, foi posto sobre o nosso povo, no sentido de inferiorização, colocando-nos como animais. Pois se existe uma raça humana, todos os demais povos deveriam ser considerados como tal. A autora Nilma Lino Gomes, no texto: Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão, ao discutir sobre o termo raça, nos traz uma ótima compreensão do que este

termo pode representar ao depender do contexto utilizado. A autora relata que o termo pode ser utilizado como piada, ofensa, ou mesmo como forma de protesto, vai depender do contexto em que este for usado e por quem. Nos fala ainda que o termo pode não ser bem aceito devido o passado histórico de escravidão o qual foram submersos os negros. Neste sentido a autora Gomes (2005, p, 45) relata que:

Essa reação tão diversa em relação ao uso do termo “raça” para nomear, identificar ou falar sobre pessoas negras deve-se, também, ao fato de que a “raça” nos remete ao racismo, aos ranços da escravidão e às imagens que construímos sobre “ser negro” e “ser branco” em nosso país.

Porém, apesar do termo *raça* ter sido crido como interiorização aos negros. Segundo a autora (2005, p, 45) é preciso compreender o que se quer dizer quando se fala em *raça*, quem fala e quando fala. Neste sentido a autora traz para exemplificar algumas formas de uso do termo *raça* em que não vem precedido de racismo, o qual um deles, segundo ela é usarmos para falar sobre a complexidade existente nas relações entre negros e brancos no Brasil.

Ao usarmos o termo *raça* para falar sobre a complexidade existente nas relações entre negros e brancos no Brasil, não estamos nos referindo, de forma alguma, ao conceito biológico de raças humanas usado em contextos de dominação, como foi o caso do nazismo de Hitler, na Alemanha.

No entanto devemos observar as falas dos sujeitos, para compreendermos de qual lugar ele fala. Como relata a autora (2005, p, 45) [...] “devemos ficar atentos para perceber o sentido em que esse termo está sendo usado, qual o significado a ele atribuído e em que contexto ele surge”. Outro exemplo que a autora traz é em relação ao termo usado pelo Movimento negro. Segundo a autora (2005, p, 45)

O Movimento Negro e alguns sociólogos, quando usam o termo *raça*, não o fazem alicerçados na idéia de raças superiores e inferiores, como originalmente era usada no século XIX. Pelo contrário, usam-no com uma nova interpretação, que se baseia na dimensão social e política do referido termo. E, ainda, usam-no porque a discriminação racial e o racismo existentes na sociedade brasileira se dão não apenas devido aos aspectos culturais dos representantes de diversos grupos étnico-raciais, mas também devido à relação que se faz na nossa sociedade entre esses e os aspectos físicos observáveis na estética corporal dos pertencentes às mesmas.

Dessa forma, temos visto nos dias atuais, diversas falas que perpassam por este termo, algumas carregadas de preconceito, e outras desprovidas do mesmo. No entanto, seja em qualquer lugar, diante de quaisquer fala, não nos esqueçamos do contexto histórico em que a mesma foi emersa, e para quem foi criada. E embora transformemos este termo em político, não nos esqueçamos de qual lugar vêm às falas atuais. Assim como não nos esqueceremos do contexto

histórico dos negros aqui no Brasil, de como chegaram aqui traficados, negados enquanto sujeitos históricos e enquanto seres humanos. Relembrar o passado é uma forma de reconhecer as razões de o negro encontrar ainda hoje diversas dificuldades em sua vida e existência, inclusive nas escolas.

O passado de escravidão e exclusão, distante de uma educação formal, os levou ao que hoje podemos chamar de “perda de direitos humanos”, de cultura e de sua própria identidade. As condições precárias para acesso a educação, originário do contexto social em que hoje se encontram, tem dificultado a permanência de milhares de crianças e jovens negros nas instituições. Observamos que passado e presente se cruzam trazendo a reprodução do racismo bem viva em uma sociedade atual. Pois hoje ainda, infelizmente existem muitas crianças que ainda sofrem violência verbal, e que são vítimas do racismo no próprio espaço institucional, os quais fazem parte.

Pensar na educação hoje requer pensar no passado, recordar que se hoje existem muitos alunos negros com dificuldades no aprendizado atualmente, como o exemplo trazido pela professora, isso tem um nome histórico “passado de escravidão”, negligências de direitos, que acontecem até hoje. Pois as políticas públicas educacionais, não tem garantido o direito de todos à educação. Não tem garantido a permanência das crianças e/ou alunos que vivem em situação de pobreza nas escolas públicas.

Atualmente vivemos um forte dilema no sistema educacional, mesmo após a garantia dos direitos humanos e da Constituição, e até mesmo da Lei que garante a inserção dos conteúdos afrodescendentes na escola, ainda notamos práticas insipientes em relação ao tratamento do racismo e/ou tratamento legal das Relações Étnico Raciais na escola. Neste sentido é possível observar certa discriminação em relação às crianças oriundas de classe baixa, e que apresentam algumas dificuldades em relação a um bom rendimento escolar. Sobre isso se fazem várias especulações, até mesmo em torno da etnia dos sujeitos, justificando que a origem da raça impede um intelecto mais favorável ao aprendizado.

Por estes motivos, torna-se necessário retomar alguns pontos ao qual se emergiu o passado para compreender em quais contextos aqui no Brasil a educação começou a ser pensada para as classes populares e filhos de escravos, nada foi de graça e por acaso, pois além do interesse que havia pelo mercado de trabalho, houve lutas e resistências dos sujeitos que se encontravam excluídos e em situações desumanas.

Foram séculos de lutas dos povos negros em prol dos seus direitos, um exemplo disso foram à criação dos Quilombos, acampamentos que serviam naquela época como refúgio, aos povos negros, que resistiam processo desumano de escravidão, que não aceitavam serem massacrados e humilhados brutalmente. Portanto, pensar na educação hoje requer pensar na negação e exclusão dos povos negros e indígenas em nosso país, assim também como, no processo da mesma para que hoje esteja acessível aos sujeitos, ainda que por meio de grandes enfrentamentos. Segundo Ribeiro (2006), as duas últimas décadas que antecederam a abolição foram marcadas pelo aumento das fugas e do número de quilombos em todo o Brasil. Segundo Carril (2017) (*apud*). Moura (1981), onde houve escravidão existiu resistência, caracterizando o quilombo como um dos movimentos mais fortes de reação à escravidão. Os quilombos atualmente receberam seus resinificados, e se constitui em territórios de afirmação de uma identidade e cultura negra.

No processo de escravização, foram muitos impasses, e quando de fato foram feitas as primeiras Declarações contra a forma de trabalho escravo, nenhuma garantia de fato apresentava uma liberdade real. No entanto, gradativamente estava se processando na sociedade brasileira a possibilidade de se viver sem o trabalho escravo, isso era um absurdo para os fazendeiros, os quais não queriam perder a “engrenagem dos seus negócios”. Uma das Declarações pronunciada por Pedro II proibia leilões de escravos. Subsequente, foi assinado a proibição de separação de esposas e esposos nas vendas dos mesmos. É importante lembrar que nada do que aconteceu se deu em um campo isolado, antes mesmos de início de formulação destas pautas, os negros já lutavam pela sua liberdade, como vimos o exemplo dos quilombos, anteriormente.

Assim também como foram muitas lutas acirradas dos escravizadores para desarticular as novas leis que proibiam a comercialização de escravos, pois não queriam de forma alguma que os povos afrodescendentes recebessem a liberdade, para não perderem à sua mão- de obra.

Segundo Albuquerque (2006), subsequente à proibição da separação de casais escravos durante a venda.

[...] o parlamento brasileiro aprovou a lei de maior impacto sobre a escravidão, a Lei 2040, de 28 de Setembro, de 1871, mais conhecida como Lei do Ventre Livre. Por ela ficavam livres as crianças recém-nascidas das mulheres escravas, obrigando seus senhores a cuidar delas até a idade de oito anos. Daí por diante os senhores poderiam optar entre receber do governo uma indenização de 600 mil réis ou utilizarem o trabalho dos menores até a idade de vinte e um anos.

Observem que mesmo após a lei do ventre livre, não houve uma libertação de fato. Segundo o autor Fonseca (2011), houve fortes debates no parlamento, o qual acabou por determinar que as crianças ficassem sob responsabilidade dos senhores de suas mães até os oito anos de idade. As crianças que nasciam sob esta lei, eram escravizadas até os 21 anos, e quando por fim tinham a dita liberdade, não tinham nenhum recurso para sobreviver, ficando sempre a mercê dos escravos se seus pais.

Foi neste mesmo período que se começou elaborar discussões sobre uma educação para esta classe: Uma educação moralizante e para o trabalho ainda escravista. Foram estabelecidos alguns critérios muito bem articulados para não perderem a mão- de-obra escrava, dentre eles segundo Fonseca (2011).

Um olhar detido sobre os debates em relação a esta questão revela que os parlamentares envolvidos no processo de construção da Lei do Ventre Livre estabeleceram uma sutil distinção entre *criação e educação*. Criar significava que os senhores das mães poderiam explorar as crianças como trabalhadores em moldes semelhantes aos padrões de formação utilizados durante os períodos em que a escravidão esteve em vigor. Por outro lado, educar significava que as crianças que fossem entregues ao Estado deveriam ser submetidas a um modelo educacional em que se fazia presente à formação moral e disciplinar para o mundo do trabalho e também a instrução em nível elementar.

Para o autor Fonseca (2011) “Todo esse processo em torno dos debates sobre a emancipação das crianças nascidas de mulheres escravas comporta um duplo significado, pois, de um lado, demonstrou a importância que se atribuía à educação como instrumento disciplinar, responsável pela formação dos novos sujeitos a serem introduzidos na sociedade como seres livres e, de outro, estabeleceu uma crítica contundente ao modelo de educação responsável pela formação dos trabalhadores escravizados.

Foi neste contexto e sentido que a educação foi pensada para os negros, uma educação pensada para moralizar, e para servir ao mercado de trabalho apenas. Mesmo após a abolição da escravatura em 1888, os ex-escravos e seus filhos ainda encontravam dificuldades para acessar a educação formal e que trouxesse de fato a emancipação. Pois o privilégio sempre esteve em torno de uma classe minoritária, a classe dominante da elite, formadas, pela cultura erudita, os quais eram considerados os melhores.

Contudo é importante enfatizar que apesar de um contexto de total oposição à inclusão dos negros a educação formal no passado, havia entre eles os escravos que sabiam ler e escrever e que, portanto, exerciam funções de porte menos opressor na sociedade. Os Quilombos embora não se

tratasse de uma educação formal tinha uma representatividade educativa da cultura afrodescendente e ainda tem até os dias atuais.

Podemos dizer que embora houvesse a existência de exclusão a escolarização e extermínio da identidade da cultura afrodescendente, ouve resistências e reafirmações enquanto sujeitos, lutaram pelos direitos, sobretudo a educação. Segundo Cruz (2005), a luta das camadas negras pela sua inclusão no processo de escolarização oficial evidência que mesmo à margem da sociedade os negros acompanharam os processos de compactação da nação brasileira e nele exerceram influência. No entanto trata-se de um campo de disputas, pois segundo Cruz (2005) (*apud*. Cunha, 1999; Fonseca, 2000)

Os mecanismos do Estado brasileiro que impediram o acesso à instrução pública dos negros durante o Império deram-se em nível legislativo, quando se proibiu o escravo, e em alguns casos o próprio negro liberto, de frequentar a escola pública, e em nível prático quando, mesmo garantindo o direito dos livres de estudar, não houve condições materiais para a realização plena do direito.

Trouxemos aqui esta pequena pauta voltada ao contexto histórico, apenas para lembrar e exemplificar, de qual lugar e contexto histórico, e de quais sujeitos estamos falando. Pois atualmente, os sujeitos que mais vivem em situações precárias de subsistência, são os negros e os outros povos que sofreram este processo de discriminação racial. Os quais encontram diversas barreiras no caminho para o acesso a educação ainda hoje. Notamos que, passado e o presente se cruzam, pois ao observar o contexto histórico, confirmamos concepções discriminatórias em relação ao negro, que fora propagado durante séculos pela cultura dominante.

Disseminação esta, que ao se referir ao processo de escolarização e /ou ensino aprendizagem, em relação aos negros, relatam serem menos inteligentes, isso tem origem no racismo científico, pois profissionais considerados importantes naquela época, como médicos e cientistas, afirmaram que o negro tinha capacidade mental, inferior ao branco. É neste sentido que discute a autora Cruz (2005). No que se refere propriamente à escolarização dos negros, segundo os modelos oficiais, percebe-se que eles sempre estiveram em contraponto a afirmações que alegam sua incapacidade para a vivência bem sucedida de experiências escolares e sociais. Segundo Silveira (2000). Médicos, cientistas, poder legislativo, as pessoas que tinham o poder da escrita, deixavam claras as suas concepções racistas. Neste mesmo contexto o autor Silveira (2000) traz as afirmações de um cientista chamado Broca, o qual através dos estudos dos crânios teve a desonra de afirmar que os povos afrodescendentes eram considerados ladrões, apenas pelo formato de seus crânios. Foi uma

montagem, que desmoronou muito tempo depois, ao se confirmar que isso não passaria de uma falsa descoberta.

No entanto, mesmo após o desmonte desta propagação do racismo científico, o preconceito tem permanecido, e algumas pessoas se negam analisar, ou por ignorância, ou por não darem a real importância, o que realmente está por trás destes termos e/ou afirmações. Assim, como a causa real que limitam muitos negros não alcançarem os objetivos no processo do ensino-aprendizagem. Dentre as causas, podemos destacar a pobreza que foi gerada a estas pessoas, como fator de desigualdade de condições humanas de permanência nas escolas. E este fator embora possa parecer isolado, tem suas origens neoliberais de dominância nas políticas macros estruturantes em nosso país.

Existe outro fator gravíssimo e que ainda ocorre com frequência em nosso país, o preconceito racial. Pois, apesar do Brasil ser o segundo país do mundo com população negra, isso não tem eximido e nem garantido igualdade de condições raciais. Observamos ainda no Brasil a desigualdade nas ações políticas advindo da falta de oportunidades.

Levando em consideração o racismo existente até mesmo nos espaços escolares para que houvesse um trabalho voltado ao combate da discriminação racial: Em 9 de janeiro de 2003, a Lei no 10.639 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei no 9.394), instituindo a obrigatoriedade do ensino de história e cultura africanas e afro-brasileiras. No ano seguinte, o Conselho Nacional de Educação aprovou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras e Africanas. (Brasil, 2005). Foi pensando nas desigualdades raciais que foi instituída a Lei 10.639/03.

O racismo não é mito no Brasil. o autor Viola (2005), no livro História dos negros e outras histórias, relata indicadores que apontam uma histórica desigualdade entre as trajetórias escolares de negros e brancos no Estado brasileiro. Por isso é preciso trabalhar nas escolas as relações étnico raciais, a qual deve conter em uma pauta do Projeto Político Pedagógico, no ensino de conteúdos de história, e nas práticas diárias de intervenção que se dar no contexto das relações nas instituições públicas ou privadas.

Pois, antes de se pensar nos problemas de aprendizagem de um aluno pondo pressuposto em sua raça. Temos que pensar no contexto histórico de marginalização, a qual fez parte esta raça. No contexto social de marginalização em que vivem atualmente, e o porquê destes problemas sociais.

Infelizmente temos vivenciado a exclusão social por parte de ações sociais racistas, que mesmo afirmando não ter preconceito, prefere muitas vezes dar a vaga de emprego a uma pessoa branca, como relatada por um professor que viveu esta experiência. Esta criação de uma imagem preconceituosa dos povos negros, tem se repercutido até mesmo em relação à educação, como se estes fossem menos inteligentes, o que não é verdade, apenas tiveram e tem até hoje menos oportunidades, pelo próprio contexto social em que estão emersos.

É preciso conhecer a realidade da escola pública e de seus usuários. Pois muitas crianças chegam à escola com fome, infelizmente não encontram garantidos os seus direitos básicos, como a alimentação escolar. Estes dados foram informados durante entrevistas com as coordenadoras de duas escolas públicas: Nas oportunidades de inserção através do Componente Curricular de Prática em Gestão e Coordenação do Ensino e do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação a Docência-PIBID. Diante desse descaso, evidenciamos uma irresponsabilidade da segunda instancia responsável em assegurar e/ou promover os direitos do educando, a uma educação de qualidade, uma vez que este órgão responsável recebe com antecedência a licitação do que estar precisando na escola, como relataram as coordenadoras.

São estas dificuldades que encontramos no âmbito escolar, o qual não depende de uma política apenas para o seu funcionamento, mas que todas estejam bem articuladas. Pois quando observamos o contexto histórico de exclusão e a reprodução acontecendo nos espaços escolares, através da negação dos direitos, que o põe em situação de desvantagem social, nos perguntamos: Será que uma criança que vive em situação de pobreza, que chega à escola com fome e trabalha, terá o mesmo rendimento de uma criança que tem tempo exclusivo para os estudos e tem todo amparo social?

Existe um problema seríssimo na educação pública, é que os direitos instituídos que garanta qualidade integral, não estão acontecendo em muitos espaços destas instituições. Pois o atendimento nestas escolas estão a mercê das políticas que pouco se importam em cumprir de fato a garantia dos direitos do aluno da escola pública, estamos falando da educação básica, só que às vezes nem mesmo o básico é garantido.

Embora a escola, onde originou as discussões do relato de experiência, tenha suporte pedagógico privilegiado, e até mesmo estrutura física melhor, em relação a outras instituições, isso não significa que é uma escola que não se depara com problemas em seu dia-a-dia. Pois as crianças que vem da comunidade externa, são crianças, que vivem em situação de pobreza e que também são negras. Vítimas de negligências dos principais responsáveis pela garantia de seus direitos. Este

aluno do apoio, o qual a professora se referiu, era um aluno vindo de em contexto de pobreza. Descobrimos que nem sempre ele almoçava para ir para o Apoio pedagógico. Esta é a dura realidade que hoje ainda infelizmente acontece nas escolas públicas: Crianças que chegam com fome e não encontram os seus direitos garantidos em algumas instituições.

E não podemos diante da conquista da Lei, diante dos dispositivos legais, ver a escola pública em condições inapropriadas para receber os sujeitos, gerando uma exclusão, e ficarmos simplesmente observando da plateia. Portanto se faz necessário o conhecimento da legislação para nós professores, que como tal participaremos das ações sociais, políticas e pedagógicas da escola. É necessário estarmos munidos para combater o processo de discriminação e exclusão das crianças pobres que também são negras e pertencem a escola pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa forma, mediante evidências dos conflitos atualmente gerados em torno das etnias e/ou relações étnico raciais no âmbito escolar, notamos a necessidade de se fomentar discussões neste sentido. Além de se pensar em uma formação continuada aos professores para melhor atender a diversidade cultural que há nas escolas. Os mesmos precisam ser conhecedores dos dispositivos legais para poder criar estratégias de intervenção política e pedagógica. Outro fator importante que deve estar presente, para além do discurso, mas em nossa reflexão e prática diária é a consciência das origens excludentes que ocorreu com o nosso povo, pois é preciso pensar que, se há uma dificuldade no aprendizado, se há um atraso no desenvolvimento, isto teve uma origem histórica. E a reprodução de negligências do Estado continua, enquanto política de âmbito maior e que deveria combater a marginalização, tem se reforçado contraditoriamente até os dias atuais, juntamente com a sociedade que aprendeu a ser racista. Neste sentido cabe sim a nós além das reflexões ações práticas que desconstruam a imagem preconceituosa que se fizeram em relação a nossa etnia. Alunos negros são capazes, são inteligentes, e podem avançar no ensino aprendizado basta encontrar professores comprometidos, escolas comprometidas, políticas públicas educacionais comprometidas em articular dignamente os seus direitos.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. **Uma história do negro no brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais, Fundação Cultural Palmares. Brasília, 2006.

CRUZ, Mariléia dos Santos. **Uma abordagem sobre a história da educação dos negros: história da educação do negro e outras histórias.** Org. Jeruse Romão. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília, 2005.

FONSEÇA, Marcus Vinícius da. **A educação da criança escrava nos quadros da escravidão do escritor Joaquim Manoel de Macedo.** Educ. Real, v. 36, Porto Alegre, 2011.

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão.** Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei federal nº 10.639/03. Brasília, MEC, Secretaria de educação continuada e alfabetização e diversidade, 2005.

RAMOS, Fábio Pestana. **A história trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI.** História das crianças no Brasil. ed. 4, Contexto. São Paulo, 2004.

SILVEIRA, Renato. **Os selvagens e a massa papel do racismo científico na montagem da hegemonia ocidental.** Universidade Federal da Bahia. Brasil, 2000.